

RESÍDUOS SÓLIDOS E POVOS INDÍGENAS: ENQUADRAMENTOS DA MÍDIA NO BRASIL*

SOLID WASTE AND INDIGENOUS PEOPLES: FRAMEWORKS OF THE MEDIA IN BRAZIL

Lucas Braga da Silva **1**
Verônica Dantas Meneses **2**
André Luis Campanha Demarchi **3**

Resumo: Este artigo discute a abordagem e o enquadramento noticioso de matérias divulgadas em portais eletrônicos oficiais e da mídia brasileira sobre as políticas públicas para resíduos sólidos em Terras Indígenas. Trata-se de pesquisa qualitativa, com o suporte da análise de conteúdo e do enquadramento noticioso. O corpus foi composto por 11 matérias jornalísticas encontradas relacionadas a esta temática a partir dos descritores propostos. A análise levou em consideração os gêneros jornalísticos, o enquadramento (problemática de resíduos sólidos, educação ambiental e atos do poder público) e as vozes das notícias. Como resultados foi possível notar que o gênero informativo prevalece nas escritas das notícias e que nem sempre elas dão lugar de fala aos povos indígenas. Quanto aos enquadramentos, 73% trataram da problemática de resíduos sólidos em terras indígenas, 18% de educação ambiental e 9% de publicações sobre ações do setor público. O estudo concluiu que o controle social e as políticas públicas em relação à gestão de resíduos sólidos em terras indígenas são ineficientes e em certos casos nem existem, e a temática aparece pouco tratada na mídia e portais oficiais.

Palavras-chave: Jornalismo. Política Pública Ambiental. Povos Tradicionais.

Abstract: This article discusses the approach and news official electronic portals and the Brazilian media on public policies for solid waste in Indigenous Lands. This is qualitative research, with the support of content analysis and the news framework. The corpus was composed of 11 journalistic articles related to this theme based on the proposed descriptors. The analysis took into account journalistic genres, the framing (problematic of solid waste, environmental education and acts of public power) and the voices of the news. As results it was possible to note that the informative genre prevails in the writing of the news and that not always they give place of speech to the indigenous people. Regarding the frameworks, 73% dealt with the problem of solid waste in indigenous lands, 18% of environmental education and 9% of publications on public sector actions. The study concluded that social control and public policies regarding the management of solid waste in indigenous lands are inefficient and in some cases do not exist, and the issue is not treated in the media and official portals.

Keywords: Journalism. Public Environmental Policy. Traditional Peoples.

Mestre em Comunicação e Sociedade pela Universidade Federal do Tocantins. Professor da Faculdade São Marcos (FASAMAR) e do Instituto Tocantinense de Educação Superior (ITOP). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5195022725104544>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7285-7423>. E-mail: lucaslogistica19@gmail.com

Doutora em Comunicação pela Universidade de Brasília. Professora da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0657339473991822>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6719-5282>. E-mail: veronica@uft.edu.br

Doutor em Sociologia e Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor da Universidade Federal do Tocantins. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1913765602645746>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9134-441X>. E-mail: andredemarchi@gmail.com

* A pesquisa teve o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

Introdução

Diariamente, grande quantidade de resíduos é dispensada no ambiente, cujo tratamento adequado não ocorre na mesma proporção. Esta realidade atinge todos os lugares e populações, inclusive as indígenas. No caso de destinação e disposição de resíduos inadequadas os malefícios se estendem tanto aos povos indígenas quanto à sociedade em geral. No entanto, devido às condições existentes na maioria dos territórios indígenas, estes povos se tornam mais vulneráveis aos diversos prejuízos que podem ser ocasionados à saúde e ao acesso das gerações futuras aos recursos naturais no entorno destes territórios.

A gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, especialmente no território brasileiro, seja em espaços urbanos ou não, ainda são bastante precários, pois mesmo com a elaboração e implementação de políticas públicas, como é o caso da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), é possível perceber a ausência de recursos humanos e financeiros adequados, bem como de adequada gestão e interesse por parte da institucionalidade pública em fazer cumprir tal legislação (SILVA; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2016). Nos domicílios indígenas a destinação de resíduos sólidos é ainda mais preocupante, devido ao distanciamento de muitas aldeias dos centros urbanos e da própria dinâmica de vida destes povos, entre outros fatores. Assim, há situações em que os resíduos e rejeitos são depositados diretamente na natureza implicando em consequências para a qualidade de vida desses e de outros povos (LIMA, 2015).

O contato dos povos indígenas com os não indígenas trouxe modificações em seu estilo de vida. É possível perceber que isto gerou uma série de impactos para estes povos: sociais, ambientais, econômicos, culturais e epidemiológicos (SANTILLI, 2000). Pode-se dizer que a exposição aos mais variados tipos de resíduos também contribuiu para estas mudanças, nem sempre positivas.

Os processos de colonização e fatores ligados à exploração das terras indígenas e da perseguição a estes povos, contudo, não extinguiram totalmente o seu relacionamento recíproco e respeitoso com os recursos naturais responsáveis pela manutenção da vida. Isto é bem diferente quando se trata da população não indígena, pois somente na atualidade tomou-se conhecimento da real dimensão da destruição que o modo de vida humano vem causando ao ambiente, e ainda assim as abordagens preventivas nem sempre recebem a aceitação e o tratamento adequados pelos gestores públicos, pelo mercado e mesmo pela sociedade civil. Torna-se iminente mais intervenções que contribuam para minimizar os impactos dos níveis de produção e consumo na natureza, uma vez que muitas nações ainda sequer iniciaram debates profundos sobre o tema.

Cabe ressaltar que as políticas públicas ambientais e para os povos indígenas nem sempre foram pauta da agenda da administração pública brasileira. O marco regulatório para discussões nestes campos se deu por meio da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (GOMES, 2013; LIMA, 2015). Contudo, a questão dos resíduos sólidos somente ganhou mais especificidade com a instituição da política do setor, que propõe um conjunto de diretrizes para minimizar os danos negativos à saúde pública e ao meio ambiente (BRASIL, 2010).

Acreditamos que a função social dos meios de comunicação perpassa a abordagem de temas centrais como este, os quais nem sempre constituem as agendas política e midiática. A constante participação da sociedade civil organizada tem sido central para a publicização de boa parte dos problemas relacionados à poluição e contaminação do ambiente por resíduos sólidos no mundo. Nesse sentido, discutimos neste trabalho a temática resíduos sólidos em terras indígenas a partir dos textos divulgados pelos portais eletrônicos noticiosos brasileiros com o objetivo de identificar a incidência de material noticioso sobre o tema, o enquadramento da notícia, o gênero jornalístico adotado e as vozes que são destacadas nas matérias. Esse tema tem grande repercussão na atualidade, uma vez que impacta diretamente nestas comunidades tradicionais. Por isso, a necessidade de um olhar mais sensível do poder público e da sociedade em geral.

Várias correntes teóricas destacam a função dos media para a sociedade. Marques de Melo e Assis (2016, p. 45-46) ressaltam a abordagem funcionalista, para a qual a função midiática perpassa a informação, a correlação (em que se interpreta significados), a continuidade (“reforça a cultura hegemônica, embora atenta às alternativas da contracultura”), entreteni-

mento e mobilização (“respalda ações coletivas, embasadas nas decisões de cidadania [...] ou o consumo (“bens e serviços, marcas e símbolos”). Com base nisto, os gêneros propostos pelos autores no jornalismo são: informativo (vigilância social), opinativo (fórum de ideias), interpretativo (papel educativo, esclarecedor), diversional (distração, lazer) e utilitário (auxílio nas tomadas de decisões cotidianas) (MARQUES DE MELO; ASSIS, 2016, p. 45-46). O gênero informativo é o que mais está vinculado ao factual, acontecimento gerador de notícia que se remete mais à dinâmica da realidade presente, com fatos mais estritamente ligados à novidade/atualidade, estes valores-notícias por excelência do jornalismo¹.

A partir dessa reflexão, a pesquisa tem base exploratória de abordagem qualitativa, cujo *corpus* foi selecionado a partir de pesquisas realizadas via internet, em sites (SILVA; ALCÂNTARA; PEREIRA, 2016). Foram pesquisadas matérias jornalísticas de portais de notícias da mídia nacional que tivessem no título as seguintes palavras-chave: indígenas e resíduos sólidos, lixo/lixão e aldeias, lixo e indígena e resíduos sólidos em comunidades indígenas, a partir de 2010 (período de instituição da política de resíduos sólidos) até o ano de 2017. Também foram considerados os veículos institucionais (comunicação gerada pelos órgãos do poder público) com o intuito de verificar a abordagem da notícia e a perspectiva desses dois tipos de veículos.

Na pesquisa, foram identificadas um total de 11 notícias que tratavam da temática resíduos sólidos em comunidades indígenas, distribuídas em 11 portais de notícias eletrônicos, quais sejam: institucionais Fundação Nacional do Índio (www.funai.gov.br), Governo do Estado do Mato Grosso do Sul (www.imasul.ms.gov.br) e a Agência Brasil (agenciabrasil.ebc.com.br); e os veículos comerciais Gazeta Digital (www.gazetadigital.com.br), G1 Roraima (g1.globo.com/rr), Cada Minuto (www.cadaminuto.com.br), Portal Amazônia (portalamazonia.com), Estadão (estadao.com.br), Jornal Opinião (www.jornalopiniao.net), Época (epoca.globo.com.br) e O Progresso (www.progresso.com.br).

As matérias foram analisadas a partir da técnica da análise do conteúdo, conforme categorias relativas ao respectivo enquadramento, gênero jornalístico e vozes/fontes presentes. Para análise do enquadramento o estudo verificou três categorias, definidas a partir da leitura flutuante do *corpus* e por meio da leitura do referencial teórico (BARDIN, 1977), são elas: problemática de resíduos sólidos, educação ambiental e atos do poder público (ENTMAN, 1993).

A categoria problemática de resíduos sólidos buscou verificar se a matéria se referia aos problemas de uso e descarte de resíduos sólidos nos territórios e para os povos indígenas. A categoria educação ambiental buscou identificar se a matéria dava ênfase a ações de promoção de novas atitudes em relação ao lixo para/nestas comunidades. E, a última, atos do poder público, visou identificar as ações publicadas pela administração pública, o que pode indicar uma orientação mais oficial do veículo. Para efeito da análise, uma mesma matéria não pode ser enquadrada em mais de uma categoria.

Por fim, a análise do gênero jornalístico e das vozes presentes nas matérias buscou inicialmente identificar se o gênero jornalístico se trata de uma abordagem mais factual, um relato de acontecimentos do presente ou do passado (informativo) (BELTRÃO, 1980) ou se expressa a opinião de quem escreve o relato sobre um dado assunto (opinativo) (MELO, 2003), entre os demais gêneros apresentados acima. Logo em seguida, buscou-se classificar as vozes, isto é, identificar quem tem lugar de fala nas notícias e as posições sociais que ocupam (PORTO, 2004). Cabe salientar que o privilégio de fontes oficiais tem sido o grande definidor no jornalismo, pois os veículos de comunicação social tendem a dar preferência aos definidores primários, aos porta-vozes, reproduzindo assim a estrutura de poder vigente. Ainda sobre as fontes, Traquina (2001, p. 110) reflete que “o jornalista entra inevitavelmente em contato pessoal com os líderes políticos e homens de negócio, criando relações de confiança e de simpatia; é muitas vezes difícil e embaraçoso ignorá-las”.

Estudar sobre resíduos sólidos, seja em comunidades indígenas ou não, é de suma importância para buscar soluções para os problemas trazidos pela sua disposição e destinação inadequadas, um problema crucial para as civilizações de agora e as futuras que gera impactos negativos tanto para a sustentabilidade entre produção e consumo como para a qualidade de

¹ Contudo, o novo e o fato atual podem servir como motivação (no jargão jornalístico *Gancho*) para se discutir uma temática, afinal, “notícia é o novo, a novidade: mas nem só o novo é notícia” (JORGE, 2008, p. 24).

vida das populações, especialmente para o equilíbrio da natureza.

Indígenas, relação com a terra e a problemática dos resíduos sólidos

Os povos indígenas no Brasil representam uma população bem distinta entre si. Do quantitativo populacional de 896.917 mil, são 305 etnias e 274 tipos de línguas distintas umas das outras compondo esta diversidade. Deste total, 36,2% reside na zona urbana e 63,8% na rural. De 106,7 milhões de hectares, 12,5% pertencem a estes povos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

No entanto, para além do usufruto das terras onde vivem (muitas delas em situação jurídica ainda não definida), está também o próprio sentimento de pertencimento, e não de dominação do território, pois é dele que eles retiram toda a sua força para caçar, plantar e pescar e constroem suas memórias e identidade, pois os indígenas mantêm uma relação integrada e sistêmica com o território (ALBERT, 2002; KOPENAWA; ALBERT, 2015). Assim, ser indígena significa tomar “como referência primordial a relação com a terra em que nasceu ou onde se estabeleceu para fazer sua vida, seja ela uma aldeia na floresta, um vilarejo no sertão, uma comunidade de beira-rio ou uma favela nas periferias metropolitanas” (VIVEIROS DE CASTRO, 2017, p. 4).

Levi-Strauss (1973, p. 325) nos mostra ainda que para os povos indígenas a “natureza é pré-cultura e também subcultura; mas é especialmente o terreno no qual o homem pode esperar entrar em contato com os ancestrais, os espíritos e os deuses”. Eles “concebem o local onde vivem como uma mãe, e não podem desfazer-se dele, nem trocá-lo”. É notável, portanto, que possuam uma relação respeitosa pela natureza, na qual é “proibido ferir sua mãe, a terra”. Ou seja, a natureza é subjetivada.

O advento da revolução industrial, a imposição do modelo capitalista, o acesso a políticas públicas, os direitos adquiridos, o acesso à saúde, educação, cultura, esporte, o crescimento das mobilizações, o desenvolvimento econômico, social e ambiental causaram impactos no modo de vida dos povos indígenas. Essas práticas trouxeram novos padrões de consumo e de produção de produtos, como pilhas, lanternas, roupas e outros, que passaram também a fazer parte do cotidiano destas populações. Por causa disso, o quantitativo de resíduos sólidos tende a aumentar cada vez mais e passa a trazer consequências para as condições sanitárias e de saúde desses povos (GOMES, 2013).

“No Brasil, a maioria das áreas indígenas têm apresentado condições precárias de saneamento, o que junto à degradação socioambiental vem agravar as condições de saúde da população local”. É necessário, nesse sentido, considerar que, aliado a isso, está a falta de “serviços essenciais oferecidos a essas populações como água tratada, instalações sanitárias, serviços de esgoto e coleta de resíduos sólidos” (GIATTI et al., 2007, p. 1712).

De acordo com a pesquisa apresentada pela Fundação Nacional de Saúde (2009), de um total de 5.271 domicílios indígenas do Brasil, 13% apenas tinham resíduos sólidos coletados por serviços de limpeza; 1,9% eram colocados em caçambas de serviços de limpeza; 79% eram enterrados, jogados ou queimados nas aldeias; 5% enterrados, jogados ou queimados fora das aldeias; 0,8% jogavam os resíduos nos rios, lagos ou mares e 0,2% davam outras destinações (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2009).

Na região Norte, apenas cerca de 0,8% dos resíduos produzidos por estas comunidades possui destinação realizada por serviços de limpeza; no Nordeste chega a 37,7%; e no Sul e Sudeste 13,6%. Quando se trata daqueles coletados por caçamba de serviço de limpeza, 0,3% dos estados da região Norte ainda realizam este tipo de atividade; 0,7% da Nordeste; 9,6% do Sul e Sudeste. Quanto a estes dois tipos de serviços a região Centro-oeste não realizava nenhum de acordo com a pesquisa (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2009).

A região Centro-oeste apresentou o maior quantitativo de resíduos enterrados, jogados ou queimados nas aldeias, correspondendo a 98,6%, seguido de 85,5% da Norte; 74,6% sul e sudeste, por fim, a região Nordeste com 58,5%. E no que diz respeito aqueles enterrados, jogados ou queimados fora das aldeias, a região Norte tem a mais alta incidência, com 10,6%, depois a Nordeste com 2,7%, Sul e Sudeste com 2%, por último, a Centro-oeste com 1,1%

(FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2009).

Cerca de 2,2% das aldeias do Norte e 0,2% do Nordeste ainda jogam lixo nos rios, lagos ou mares. Por outro lado, quando se trata das regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste nenhuma delas são adequadas a este tipo de situação. Ainda é possível notar que 0,2% das aldeias do Norte, 0,3% do Centro-Oeste e 0,1% do Nordeste adotam outros tipos de destinação de resíduos sólidos (FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE, 2009).

Como percebemos nos dados apresentados, no contexto da globalização surgem diversas demandas para o Estado (SALOJEE; FRASER-MOLEKETI, 2010), dentre elas a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos, tanto para os territórios indígenas como para os não indígenas. Estas ações constam nas determinações da política de resíduos sólidos, a qual inclusive também determina a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (BRASIL, 2010).

Quando se trata de povos tradicionais esta legislação destaca de modo bem resumido apenas a necessidade de respeitar as comunidades locais e regionais, sem destacar em nenhum momento questões mais específicas como o manejo de resíduos sólidos em seu território (BRASIL, 2010). Já nas diretrizes do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, existem duas estratégias nesta direção, a primeira indica a elaboração e implementação de políticas públicas que contemplem a problemática de resíduos sólidos no território demarcado para estes povos. E a outra, prevê a definição de subsídios financeiros e técnicos para auxiliar na gestão dessas políticas públicas (BRASIL, 2012).

Nas últimas décadas, a temática resíduos sólidos tem sido trabalhada por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento. Nota-se que o número de publicações científicas em periódicos nacionais tem crescido consideravelmente. Este interesse se deve aos impactos negativos para a qualidade de vida da sociedade e ao equilíbrio do ecossistema abordados por organizações internacionais, inclusive tendo a temática de resíduos sólidos um capítulo reservado na Agenda 21, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) de 1992, a Rio 92. Mas quando se trata da destinação e disposição destes resíduos em comunidades tradicionais, entre elas as indígenas, mesmo pela própria legislação, o tema é pouco discutido (LIMA, 2015).

Estudos desenvolvidos por Conceição e Silva (2009, p. 1) destacam que “os fatores que provocam agressões à natureza precisam ser conhecidos e gerenciados”, em se tratando dos povos indígenas o conhecimento, a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos são ainda mais precários. Há situações em que os resíduos são enterrados, jogados, queimados dentro ou fora das aldeias ou mesmo jogados nos rios, lagos, mares, como colocado acima.

Kopenawa e Albert (2015, p. 27) fizeram alusão às consequências das práticas dos não indígenas para com os indígenas ao tomar como objeto de estudo a destruição do lugar onde o povo Yanomami vive, um povo nativo que foi sendo “engolido por uma máquina civilizacional incomensuravelmente mais poderosa”. Os autores ainda destacam a competitividade centrada na dominação dos recursos naturais e de espaços designados para a produção, as quais impactaram negativamente no cotidiano dos indígenas Yanomami, pois contribuíram para que os mesmos perdessem o contato com o seu território tradicional.

Em termos sócio-cosmológicos pode-se dizer que o mundo capitalista apresenta uma visão objetivada da natureza, geralmente vista como fonte de lucros e receitas monetárias. Os efeitos dessa coisificação da natureza é a sua contínua destruição por meio do desmatamento e da poluição, consequências de uma necessidade de produzir cada vez mais. Assim, se o modo de vida ocidental capitalista está imbuído por uma sócio-cosmologia que objetifica a natureza, tratando-a como coisa a ser explorada; já para o pensamento indígena, em toda a sua diversidade, a terra é pensada como sujeito e, ao mesmo tempo, como povoada de sujeitos animais, vegetais, espirituais, minerais, todos eles providos de ação própria na construção de relações sociais e subjetivas (ALBERT, 2002).

Na verdade, em diversas sócio-cosmologias indígenas, a natureza sente, assim como todo e qualquer ser vivo, enquanto para a maioria dos não indígenas, envolvidos pela rotina nas cidades e do sistema capitalista, é visualizada somente para fins produtivos. Não por acaso, Kopenawa nos denomina como o povo da mercadoria, que mantém uma relação exploratória com a terra, e, neste sentido, a palavra meio ambiente seria equivocada, pois representa o que

restou da destruição desencadeada pelos não indígenas (KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Kopenawa e Albert (2015, p. 481) apontam ainda que “antes, a gente das cidades não se preocupava com a floresta. Nunca falavam nela e não temiam que ela pudesse ser destruída”. Mas alertam que é preciso ações concretas que agreguem ao discurso da ecologia uma verdadeira tomada de consciência para se pensar sobre a destruição da floresta e proteção do que ainda resta dela (ALBERT, 2002; KOPENAWA; ALBERT, 2015).

Da natureza os povos indígenas retiram apenas o necessário para sua sobrevivência e de seu povo, de forma respeitosa e equilibrada o relacionamento entre eles e ela. É no contato com ela que este povo constrói suas memórias. É um modo de vida sustentável e sem exploração daquilo que ela lhes proporciona. No momento em que pescam, executam a agricultura, caçam e coletam frutos, evitam a agressão desnecessária (ALBERT, 2002; KOPENAWA; ALBERT, 2015; VIVEIROS DE CASTRO, 2017).

Nesse sentido, Santos (2015, p. 100) mostra que é importante “biointeragirmos com todos os elementos do universo de forma integrada”. Para ele é necessário “superarmos os processos expropriatórios do desenvolvimentismo colonizador”, bem como “o caráter falacioso dos processos de sintetização e reciclagem do desenvolvimentismo (in)sustentável, pelo processo de reedição dos recursos naturais pela lógica da biointeração”. Este mesmo autor considera a biointeração como as vivências, convivências e os aprendizados com a fauna e a flora, com o território, as pessoas, dentre outros fatores.

Assim, uma vez que os não indígenas possuem relações diferentes das dos indígenas para com os recursos naturais, é preciso aprender com estes povos tradicionais a valorizar as diversidades ambientais como algo que, apesar de abundante, pode se tornar escasso para a manutenção da vida da humanidade.

Resíduos sólidos e os povos indígenas: enquadramentos de comunicação

A partir da pesquisa documental, a qual encontrou 11 notícias relacionadas a resíduos sólidos e comunidades indígenas no Brasil, após a tabulação dos dados, podemos agora fazer inferências sobre seu conteúdo. De antemão, o número de matérias jornalísticas encontradas já revela a fraca abordagem noticiosa sobre o tema. No quadro 1 é possível verificar os títulos das matérias jornalísticas, os nomes dos portais de notícias, o ano de publicação e o seu respectivo enquadramento com base nas categorias apontadas anteriormente.

Quadro 1. Matérias jornalísticas, portais de notícias, ano de publicação e o enquadramento

Número	Portal de notícias	Título da notícia	Ano	Enquadramento		
				Problemática de resíduos sólidos	Educação ambiental	Atos do poder público
1	Fundação Nacional do Índio	Povo Xavante da terra indígena Marãiwatsédé discute educação ambiental e desenvolvimento sustentável a partir da gestão de resíduos sólidos	2013		x	
2	Gazeta Digital	Lixo nas aldeias	2015	x		

3	G1 Roraima	Indígenas recebem orientação sobre descarte correto de lixo em Roraima	2015		x	
4	Governo do Estado do Mato Grosso do Sul	Resolução fixa Índices Ambientais provisórios por Unidades de Conservação/Terras Indígenas e Resíduos Sólidos	2016			x
5	Cadaminuto	Prefeitura é multada em R\$ 2,5 milhões por lançar lixo em território indígena	2016	x		
6	Portal Amazônia	Indígenas Kulinas são flagrados recolhendo lixo e objetos em lixão no Acre	2017	x		
7	Jornal Opinião	Lixo Zero na Aldeia quer livrar comunidades Yawanawá das pilhas usadas nas caçadas	2017	x		
8	Agência Brasil	Indígenas na cidade: índios catadores contam a angústia de viver no lixão	2017	x		
9	Época	O lixo chegou às aldeias – e indígenas pedem ajuda para resolver o problema	2017	x		
10	O Progresso	Lixo nas aldeias	2017	x		
11	Estadão	Lixo na Amazônia ameaça aldeias indígenas e comunidades tradicionais	2017	x		

Fonte: Próprios autores (2019).

Pouco mais da metade das matérias encontradas (cerca de 55%) correspondem a publicações do ano de 2017, 18% a 2016, também 18% a 2015 e 9% a 2013. Do total de notícias publicadas nos portais eletrônicos, 73% trata da problemática de resíduos sólidos em terras indígenas, 18% de educação ambiental e 9% de publicações do setor público.

Os dados mostram, portanto, que de 2010 a 2014 os problemas da produção de lixo em terras indígenas eram pouco discutidos pela mídia. Posteriormente a este período o cenário passa, ainda que timidamente, a ser modificado, possivelmente porque a instituição da política de resíduos sólidos em 2010 contribuiu para isso.

Na primeira notícia² é abordada a educação ambiental com enfoque na gestão de resíduos sólidos na terra dos Marãiwatsédé (povo Xavante). Dentre as discussões apontadas estão a coleta seletiva e a geração de lixo neste território com foco na difusão de formas de gestão de resíduos passíveis de execução. Trata-se da divulgação de uma ação desenvolvida pelo poder público que dá voz a um indígena deste povo, Marcelo Abaré. Porém, em nenhum momento é falado sobre a destinação e a disposição do lixo produzido por eles. O gênero jornalístico adotado é o informativo.

Nesta mesma matéria, o líder indígena citado anteriormente destaca que “tudo era deixado na terra e não acumulava lixo, porque eles não ficavam muito tempo parados, também não tinha sacolinha, nem garrafas da cidade, só comiam caças, frutas e coisas plantadas”. É dada ênfase por ele ao fato de que o lixo nem sempre esteve presente nas aldeias. Antes eles apenas satisfaziam suas necessidades com o que a mãe-terra lhes oferecia. Pode-se dizer que o contato com outras culturas modificou parte de seus costumes, o que ocasionou novas práticas de consumo, diferentes daquelas antigas adotadas por eles.

A segunda matéria³ refere-se às preocupações de profissionais da saúde e educação com o lixo gerado nas aldeias do Mato Grosso. Destaca que o lixo era pouco antes do contato com os não indígenas e com o passar dos anos se tornou cada vez mais presente neste âmbito. Assim, atualmente um dos grandes problemas para as comunidades indígenas tem sido o lixo.

² Disponível em: www.funai.gov.br/index.php/comunicacao/noticias/521-povo-xavante-da-terra-indigena-maraiwatsede-discute-educacao-ambiental-e-desenvolvimento-sustentavel-a-partir-da-gestao-de-residuos-solidos

³ Disponível em: <http://www.gazetadigital.com.br/conteudo/show/secao/60/materia/449875/t/lixo-nas-aldeias>

Também se expõe a importância de políticas públicas que tratem dessa questão e da educação ambiental para estes povos. Nesta matéria de cunho informativo, não é dado destaque a fala de nenhum ator social. Em nenhum momento há a identificação dos povos tradicionais a que o conteúdo abordado se refere.

Na terceira notícia⁴, de gênero informativo, verificou-se uma ação do poder público voltada à educação ambiental para o descarte correto do lixo pelas comunidades indígenas do Estado de Roraima. Nesta ação contemplou-se 12 comunidades e as regiões da serra do Truaru, Moça Morcego e Baixo São Marcos. Percebeu-se, assim, que a matéria identificou os povos apenas pelo território geográfico. Na ocasião também foram recolhidos os resíduos das aldeias do Estado. No texto foi possível perceber que duas pessoas tiveram suas falas destacadas, um professor e um indígena da região da serra Truaru, Manoel de Souza Ângelo. Este último relatou sobre a importância desta ação e de uma destinação adequada para os resíduos (antes disso eram incinerados).

Na quarta matéria⁵, notícia de veículo oficial, o governo do Estado do Mato Grosso informa a fixação de índices ambientais por unidade de conservação, terras indígenas e resíduos sólidos a fim de proporcionar crédito para os municípios para a implementação de políticas públicas neste campo. A matéria de cunho informativo apresenta apenas a fala do secretário de meio ambiente do Estado.

A quinta notícia⁶ mostra que a prefeitura de Pariconha, Alagoas, estava despejando lixo no território indígena Jerinpacó. Devido ao lançamento de resíduos e substâncias oleosas em desconformidade com a legislação ela foi multada em cerca de 2,5 milhões. A matéria não destaca a fala de indígenas e de outros atores políticos ou da sociedade civil. Quanto ao gênero, o informativo se sobressaiu e apesar do tom de denúncia não se aprofundou na problemática do lixo em território indígena, focando mais nos descartes inapropriados realizados pela prefeitura de Pariconha e por uma fábrica no município de Pão de Açúcar.

A sexta notícia⁷ diz respeito a um grupo de indígenas pertencentes à etnia Kulina que entra em contato com o lixo disposto no lixão da cidade de Feijó, no Acre. São ressaltados os riscos de contaminação decorrentes disso, pois o lixão é localizado próximo à área urbana e pode ocasionar problemas para a saúde do grupo. Como solução o poder público anunciou a construção de aterro sanitário mais afastado dessa área e com monitoração. Verifica-se a adoção de um texto informativo cujas fontes identificadas foram um coordenador da Fundação Nacional do Índio, fonte especializada, e o vice-prefeito do município (fonte oficial). Por outro lado, não se problematiza de forma efetiva o fato de os indígenas buscarem o lixão como meio de vida, embora reforce o tom de denúncia da situação na voz de um médico e de um radialista, trazendo ainda depoimentos de indígenas.

A sétima⁸ notícia revela alguns fatos sobre o projeto “Lixo zero nas aldeias” (iniciativa do governo do Acre para minimizar o volume de resíduos sólidos em aldeias indígenas deste estado). Como por exemplo, dos Yawanawá promover uma vaquinha virtual para implantar o programa em sua comunidade. A notícia revela que a intenção do projeto é promover uma destinação adequada dos resíduos produzidos nestes territórios. Em um primeiro momento o resíduo a ser dado enfoque são as pilhas, utilizadas em suas lanternas na caça noturna, principalmente pelo alto teor de toxinas liberadas pelas baterias que traz impactos negativos à sua subsistência e à saúde. No que diz respeito ao gênero jornalístico, também encontramos o informativo, expressando o posicionamento do *briefing* do projeto e a fala dos coordenadores.

4 Disponível em: g1.globo.com/rr/roraima/noticia/2015/02/indigenas-recebem-orientacao-sobre-descarte-correto-de-lixo-em-roraima.html/

5 Disponível em: <http://www.imasul.ms.gov.br/resolucao-fixa-indices-ambientais-provisorios-por-unidades-de-conservacaoterras-indigenas-e-residuos-solidos/>

6 Disponível em: <http://www.cadaminuto.com.br/noticia/296037/2016/11/30/prefeitura-e-multada-em-r-2-5-milhoes-por-lancar-lixo-em-territorio-indigena>

7 Disponível em: <http://portalamazonia.com/noticias/indigenas-kulinas-sao-flagrados-recolhendo-lixo-e-objetos-em-lixao-no-acre>

8 Disponível em: <http://www.jornalopiniao.net/index.php/geral/item/2780-lixo-zero-na-aldeia-quer-livrar-comunidades-yawanawa-das-pilhas-usadas-nas-cacadas.html>

O oitavo texto⁹ é uma matéria da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e destaca as dificuldades de indígenas Wapixana, de Boa Vista, Roraima, para encontrar trabalho. Devido a isso acabam tendo que recorrer ao lixão para coletar materiais recicláveis, os quais são vendidos para ajudar no sustento próprio e da família. De qualquer modo a notícia é enfática na questão da exploração e da falta de valorização da mão de obra destes povos originários. Para tanto, é instituído, neste âmbito, o projeto nova cartografia social da Amazônia, de autoria da Universidade do Estado do Amazonas, cujo objetivo é atuar com os indígenas coletores de lixo. Em conformidade com a lei de resíduos sólidos a única alternativa para esta questão é a regularização da profissão de catador. No que diz respeito ao gênero, a notícia possui características do interpretativo, uma vez que vai além de informar.

O texto indicou a presença de dois indígenas: Mara (mãe) e Charlesson (filho), do presidente da organização dos indígenas, do coordenador local da Fundação Nacional do Índio, e da coordenadora do projeto. Cabe destacar a proeminência de fontes ligadas aos indígenas. No decorrer da abordagem do conteúdo, percebe-se que o filho adquire paixão pelo *rap*, ele enfatiza que apesar de ser catador de lixo pretende “melhorar de vida, melhorar a vida da família. Voltei a estudar, né? E quero me formar em direito. Tem o *rap*, mas também quero um trabalho assim, bacana”. Já sua mãe relata o seguinte: “não desejo isso aqui pra ninguém, mas, para não tá pedindo, nem roubando por aí, a gente fica por aqui mesmo”¹⁰.

Da leitura realizada nas notícias 9¹¹, 10¹² e 11¹³, todas publicadas por veículos comerciais, depreende-se que o acúmulo de lixo é um problema recorrente nas aldeias. As matérias mostram também que estas populações são carentes de saneamento básico e ainda queimam ou enterram os resíduos produzidos. É ressaltada a gestão inadequada de resíduos sólidos, ausência de políticas públicas neste âmbito, coleta seletiva e desconhecimento dessa problemática. Para minimizar os problemas, implantaram um projeto denominado “Lixo zero nas aldeias” que contempla os Yawanawá, com o objetivo de discutir práticas de gerenciamento de resíduos e educação ambiental aos integrantes da comunidade, bem como a construção de uma estação de resíduos na comunidade de São Vicente-Acre. O texto da revista Época (9) pertence ao gênero jornalístico informativo, a notícia do Site O Progresso (10) configura-se um editorial, e a matéria do Estadão configura-se texto opinativo, no qual se verifica uma abordagem mais transversal sobre o tema, apresentando inclusive informações sobre o povo Yawanawá. Contudo, em nenhum deles se destaca a fala direta de algum ator indígena.

Os portais de notícias Fundação Nacional do Índio, Gazetadigital, G1 Roraima publicaram notícias relacionadas ao enquadramento “educação ambiental”. Já o Cadaminuto, Portal Amazônia, Jornal Opinião, Agência Brasil, Época, O Progresso e O Estadão ao de “problemática de resíduos sólidos”. O site oficial do Governo do Estado do Mato Grosso do Sul foi o único a mostrar conteúdo específico das ações do poder público.

Apenas os portais de notícias Fundação Nacional do Índio, G1 Roraima e Agência Brasil apresentam vozes indígenas no texto redigido pelos profissionais da comunicação. Os demais destacaram o posicionamento de pessoas não indígenas ligadas diretamente ao assunto abordado na publicação. Isto representa o silenciamento dos povos indígenas, pois nem sempre é dado lugar de fala a eles.

Percebe-se que desde os títulos das notícias as comunidades indígenas aparecem silenciadas. Em alguns casos é perceptível que não são nem apresentados os respectivos nomes dos povos. Nas reportagens 1, 6, 7 e 11 os autores apresentam os povos dos quais eles fazem referência. Já as 2, 3, 4, 5, 8, 9 e 10 destacam os termos indígenas ou aldeias, porém sem discernir de que povos tradicionais discorrem, considerando que cada um deles possui particularidades

9 Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/indigenas-na-cidade-indios-catadores-contam-angustia-de-viver-no>

10 Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-04/indigenas-na-cidade-indios-catadores-contam-angustia-de-viver-no

11 Disponível em: <https://epoca.globo.com/ciencia-e-meio-ambiente/blog-do-planeta/noticia/2017/06/o-lixo-chegou-nas-aldeias-e-indigenas-pedem-ajudar-para-resolver-o-problema.html>

12 Disponível em: <http://www.progresso.com.br/editorial/lixo-nas-aldeias>; <https://www.progresso.com.br/noticias/lixo-nas-aldeias/275951/>

13 Disponível em: <https://sustentabilidade.estadao.com.br/blogs/eu-na-floresta/lixo-nas-aldeias/>

distintas uns dos outros. É importante observar que ao considerar como povos homogêneos, isto é, sem distinções e sem considerar as características deles, se diminui a reflexão sobre sua relação com o próprio território.

Nos conteúdos publicados pelos órgãos públicos, o da Fundação Nacional do Índio se preocupou com a apresentação dos povos indígenas do qual falavam. Pode-se inferir que este cuidado se deve ao fato de esta instituição dar suporte a esta população. A matéria do governo do Mato Grosso foi muito genérica em suas abordagens; não identifica os povos indígenas que compõem o território mato-grossense, apenas informa aos leitores sobre um dos projetos desenvolvidos pela gestão pública para estes povos. É uma abordagem mais ampla, porém poderia apresentar melhor os indígenas deste Estado.

É preciso um olhar mais sensível e crítico de quem escreve o conteúdo das notícias dos portais de notícias do Brasil. Não basta referir-se a indígenas e aldeias de forma generalizada, sem se referenciar em momento algum à sua etnia ou língua falada, por exemplo. Cada grupo possui uma diversidade de culturas e costumes, que deve ser respeitada e identificada. Falar dos Yawanawa não é a mesma coisa que falar dos Wapixana. Inclusive a sua localização geográfica.

Entretanto, é nítido que a temática resíduos sólidos em comunidades indígenas é pouco abordada pela mídia nacional e regional dos estados brasileiros. O baixo número de publicações dos portais justifica esta afirmativa. Quando este tema é assunto da notícia nem sempre é destacada a voz dos indígenas, que sofre diretamente as consequências do descarte inadequado do lixo, especialmente quando ele se torna fonte de sobrevivência.

Por fim, a fim de contextualizar melhor este panorama, foi realizada uma pesquisa junto à página Povos Indígenas do Brasil, um observatório mantido pelo Instituto SocioAmbiental (ISA)¹⁴ que relaciona notícias sobre meio ambiente e povos indígenas e quilombolas. No período de 01 de maio a 03 de junho de 2019 foram relacionadas 495 matérias, mas apenas uma trazia em seu título expressões ligadas à temática lixo ou resíduos sólidos. Corroborou-se a predominância de matérias do gênero informativo, as quais destacavam assuntos factuais, ou seja, sobre fatos que estavam acontecendo no momento da postagem da matéria jornalística.

Considerações Finais

O estudo possibilitou discussões acerca da temática resíduos sólidos em territórios indígenas a partir das colocações da mídia do Brasil, bem como identificou o enquadramento da notícia, o gênero jornalístico adotado e as vozes em destaque na notícia.

Em geral, observamos diversos tipos de conteúdo sobre meio ambiente e indígenas, com destaque para o desmatamento, demarcação das terras e proteção da Amazônia¹⁵, mas ao se recortar para a especificidade dos resíduos sólidos, percebemos bem menos matérias. Pelo título das reportagens já se nota ainda um silenciamento das diversidades sociais e culturais dos indígenas. Há diversos tipos de culturas, etnias, línguas e outros aspectos que os caracterizam. Isto deve ser respeitado e identificado, pois é um modo das demais pessoas (leitores) não indígenas conhecerem e darem valor às culturas indígenas, além de dar visibilidade para as suas singularidades importantes para a efetividade de implantação de políticas públicas.

A pesquisa trouxe duas abordagens da administração pública. Uma que especifica os povos indígenas retratados na notícia e a outra em que se adota apenas o termo “indígena” sem destacar a que comunidade está se referindo. Talvez essa abordagem mais específica seja porque a entidade pública atua para estes povos. Uma das questões que o estudo destacou, entretanto, é não se enfatizar as vozes aos maiores impactados pela ação pública (os indígenas). Acreditamos que não seja simplesmente agendar uma matéria na mídia que fale dessa questão, mas trazer à tona todas as especificidades da realidade abordada, as falas, a diversidade das etnias, de modo transversal.

No âmbito da mídia nacional, foi em 2013, dois anos após a instituição da política de

14 C.f.: <https://pib.socioambiental.org/pt/Not%C3%ADcias>. Acesso em: 4 Jun. 2019.

15 Uma relação de notícias publicadas sobre a temática indígena pode ser conferida em: <https://pib.socioambiental.org/pt/index.php?title=Not%C3%ADcias&pageID=2>.

resíduos sólidos, que encontramos referência aos problemas do lixo no território indígena. Nas últimas décadas o modelo capitalista impôs uma lógica de consumismo constante que leva tanto as comunidades indígenas como as não indígenas a consumirem cada vez mais produtos, o que também é realidade nos territórios indígenas. Contudo, há vários fatores que incorrem na gestão e gerenciamento adequado dos resíduos sólidos para as terras indígenas, o que não exige a institucionalidade pública de agir no controle dos impactos negativos da disposição do lixo.

Os dados expostos pela pesquisa inferem que o controle social, quando se trata de resíduos sólidos nestas comunidades, ainda é pequeno ou inexistente em alguns casos, o que aponta para a ineficiência das políticas públicas na área. O fato de a temática resíduos sólidos em terras indígenas despertar pouco interesse da mídia nacional e regional nos mostra que também é reflexo do pouco debate das agendas políticas. Contudo, o silenciamento destes povos e a generalização na abordagem dos mesmos nos revelam outros problemas na construção de uma sociabilidade e valorização das etnias indígenas no Brasil, os quais devem pautar futuras investigações.

Referências

ALBERT, B. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza (Yanomami). In: RAMOS, A.; ALBERT, B. **Pacificando o branco: cosmologias do contato do norte amazônico**. São Paulo: Unesp, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BELTRÃO, L. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.

BRASIL, Presidência da República do. **Lei nº 12.305**, de 02 de agosto de 2010. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília: 2010.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente do. **Plano Nacional de Resíduos Sólidos do Brasil**. Brasília: 2012.

CONCEIÇÃO, M. M.; SILVA, O. R. da. A Reciclagem dos Resíduos Sólidos Urbanos e o uso das Cooperativas de Reciclagem – Uma alternativa aos problemas do Meio Ambiente. **ENCICLOPÉDIA BIOSFERA**, Goiânia, vol. 5, n. 8, p. 1-16, 2009. Disponível em: <http://www.conhecer.org.br/enciclop/2009B/RECICLAGEM%20RESIDUOS%20SOLIDOS.pdf>. Acesso em: 06 jul. 2018.

ENTMAN, R. Framing: toward clarification of a fractured paradigm. **Journal of Communication**, v. 43, n. 4, p. 36–41, 1993.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE (FUNASA). **Saneamento em áreas indígenas do Brasil Histórico da atuação da Funasa e perspectivas**. Brasília: 2009.

GIATTI, L. L.; ROCHA, A. A.; TOLEDO, R. F. de.; BARREIRA, L. P.; RIOS, L.; PELICIONI, M. C. F.; MUTTI, L. V.; CUTOLO, S. A. Condições sanitárias e socioambientais em Iauaretê, área indígena em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1711-1723, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a30.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2018.

JORGE, T. de M. **Manual do foca: guia de sobrevivência para jornalistas**. São Paulo: Contexto, 2008.

PELICIONI, M. C. F.; MUTTI, L. V.; CUTOLO, S. A. Condições sanitárias e socioambientais em Iauaretê, área indígena em São Gabriel da Cachoeira, AM. **Ciência e Saúde Coletiva**, v. 12, n. 6, p. 1711-1723, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a30.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.

GOMES, S. L. **Resíduos sólidos dos serviços de saúde em terras indígenas**: o caso do distrito sanitário especial indígena médio Rio Purus, Amazonas. 2013. 133p. Dissertação (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília, Brasília.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**: população indígena é de 896,9 mil, tem 305 etnias e fala 274 idiomas, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>. Acesso em: 31 jul. 2018.

KOPENAWA, D.; ALBERT, B. **A queda do céu**: palavras de um Xamã Yanomami. São Paulo: Cia das letras, 2015.

LEVI-STRAUSS, C. As discontinuidades culturais e o desenvolvimento econômico. In: **Antropologia estrutural II**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993.

LIMA, R. de O. **Gestão de resíduos sólidos em aldeias indígenas**: estudo de caso do distrito sanitário especial indígena Ceará. 2015. 142p. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental, Universidade Federal do Ceará, Ceará.

MARQUES DE MELO, J. **Jornalismo opinativo**: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003.

MARQUES DE MELO, J.; ASSIS, F. Gêneros e formatos jornalísticos: um modelo classificatório. RBCC, v.39, n.1, p.39-56, jan./abr. 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v39n1/1809-5844-interc-39-1-0039.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2019.

PORTO, M. Enquadramentos da mídia e política. In: RUBIM, Antonio A. C. (org.). **Comunicação e política**: conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004.

SALOJEE, A.; FRASER-MOLEKETI, G. Desafios comuns à reforma administrativa em países em desenvolvimento. In: PETERS, B. G.; PIERRE, J. **Administração pública**. São Paulo: Unesp, 2010. p. 491-512.

SANTILLI, M. **Os brasileiros e os índios**. São Paulo: Senac, 2000.

SANTOS, A. B. dos. **Colonização, quilombos**: modos e significados. Brasília: INCT, 2015.

SILVA, É. A. F.; Alcântara, V. de C. PEREIRA, J. R. Governança e Esfera Pública Sobre Resíduos Sólidos Urbanos no Âmbito Municipal. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 3, p. 137-146, jul./set., 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/4893/pdf>. Acesso em: 14 ago. 2018.

TRAQUINA, Nelson. **O estudo do jornalismo no século XX**. São Leopoldo/RS: Ed. Unisinos, 2001;

VIVEIROS DE CASTRO, E. Os involuntários da pátria – elogio do subdesenvolvimento. **Revista chão de feira**, Belo Horizonte, série intempestiva, n. 65, p. 1-9, 2017. Disponível em: http://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2017/05/SI_cad65_eduardoviveiros_ok.pdf. Acesso em: 05 set. 2018.